Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA
Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade em Nova Andradina-MS

BETWEEN MEMORY AND HISTORY
Antônio Joaquim de Moura Andrade square in Nova Andradina–MS

DANILO LEITE MOREIRA[1]
ADSON RODRIGO SILVA PINHEIRO[2]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo reconstruir e analisar a trajetória histórica da Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade, conhecida popularmente como Praça Brasil, em Nova Andradina-MS, identificando as tensões entre narrativas oficiais de patrimônio e formas de uso, memória e pertencimento da população. A pesquisa destaca a praça como espaço público de sociabilidade, lazer e memória coletiva, ressaltando as transformações arquitetônicas e sociais que marcaram sua existência. O estudo evidencia a relevância da concha acústica e de outros elementos originais para a identidade local, bem como os impactos das revitalizações que, ao mesmo tempo em que modernizaram o espaço, promoveram apagamentos de memórias históricas. A análise demonstra como os monumentos atuais— Pantanal, Ofaié e Brasil— que funcionam como representações simbólicas da identidade nova-andradinense, articulando passado, presente e futuro.

Palavras-chave: Espaço Público. Nova Andradina-MS. Monumentos.

ABSTRACT

This article aims to reconstruct and analyze the historical trajectory of Antônio Joaquim de Moura Andrade Square, popularly known as Praça Brasil, located in Nova Andradina, Mato Grosso do Sul, identifying the tensions between official heritage narratives and the population's forms of use, memory, and belonging. The research highlights the square as a public space of sociability, leisure, and collective memory, emphasizing the architectural and social transformations that have marked its existence. The study underscores the relevance of the acoustic shell and other original elements to local identity, as well as the impacts of revitalization efforts that, while modernizing the space, also contributed to the erasure of historical memories. The analysis demonstrates how the current monuments—Pantanal, Ofaié, and Brasil—serve as symbolic representations of Nova Andradina's identity, articulating past, present, and future.

Keywords: Public Space. Nova Andradina-MS. Monuments

1 Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: daniloleitemoreira@hotmail.com
2 Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: adson.rodrigo@gmail.com

INTRODUÇÃO

As praças fazem parte da história das cidades e do cotidiano de seus habitantes. Esses espaços reúnem diferentes formas de convivência, circulação e sociabilidade, tornando-se lugares onde a população compartilha experiências, estabelece vínculos e constrói relações com o espaço urbano. Ao longo do tempo, suas paisagens acompanham as transformações da cidade e revelam mudanças nos modos de viver, nas práticas sociais e nas formas de representar o passado.

A partir dessa perspectiva, o presente artigo discute as relações entre memória, história e patrimônio cultural, tendo como objeto de estudo a Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade, popularmente conhecida como Praça Brasil, localizada no município de Nova Andradina, em Mato Grosso do Sul. A análise busca compreender como a trajetória da praça se relaciona com a formação e as transformações da cidade, considerando as mudanças em sua paisagem, os usos sociais e os significados atribuídos a esse espaço ao longo do tempo. Inicialmente, abordamos sua formação histórica e sua inserção no planejamento urbano de Nova Andradina.

Em seguida, reconstruímos as transformações arquitetônicas e sociais que marcaram sua trajetória, com destaque para a antiga concha acústica, o processo de revitalização e a introdução dos monumentos Pantanal, Ofaié e Brasil. Por fim, analisamos criticamente as disputas simbólicas e os possíveis silenciamentos produzidos pelas intervenções urbanas, problematizando as relações entre monumentalização, identidade local e preservação da memória coletiva.

A partir desse percurso, buscamos compreender de que maneira as transformações da Praça Brasil expressam diferentes projetos de cidade e formas de representar o passado, evidenciando as tensões entre modernização urbana, patrimônio cultural e reconhecimento das experiências históricas que constituem a memória social de Nova Andradina.

1. A PRAÇA BRASIL COMO ESPAÇO PÚBLICO E LUGAR DE MEMÓRIA

No dia 8 de julho de 2025, durante sessão itinerante realizada no distrito de Nova Casa Verde, em Nova Andradina-MS, alguns parlamentares da Câmara Municipal apresentaram indicação propondo a instalação de um monumento em formato de coração, com as cores da bandeira e o brasão municipal, no principal cartão-postal do município, uma de suas praças centrais[3]. De acordo com informações disponibilizadas no *site* da Câmara Municipal, a intervenção tem por objetivo "fortalecer vínculos, valorizar a cultura local e transformar a paisagem urbana de Nova Andradina". Essa proposta, voltada à Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade, popularmente conhecida como Praça Brasil, configura-se como uma das expressões mais recentes de um debate mais amplo sobre o uso e a ocupação dos espaços públicos na cidade.

Entre as matérias veiculadas pela imprensa local, destaca-se aquela publicada pelo Correio do Vale News[4], em que a indicação é apresentada não apenas sob o signo da "valorização da cultura local", mas também como criação de um marco afetivo e fotogênico, capaz de reforçar a visibilidade de Nova Andradina em redes sociais e mídias digitais. À primeira vista, podemos afirmar que se trata de uma intervenção simples, de baixo custo simbólico e forte apelo emocional; todavia, à luz dos estudos de patrimônio cultural e das discussões sobre memória urbana, entretanto, a proposta adquire contornos mais complexos, ao recolocar em pauta as formas de representar a cidade, de disputar significados na paisagem e de atribuir novos sentidos a um espaço já marcado por múltiplas camadas de memória.

A transformação da Praça Brasil em cenário para um monumento "instagramável", um grande coração nas cores da bandeira, acompanhado do brasão, exemplifica um movimento recorrente em cidades de médio porte, em que a estética do consumo e do turismo fotográfico tende a se sobrepor às formas históricas de uso, circulação e conflito nesses espaços. Podemos entender por monumento "instagramável" justamente esse tipo de artefato urbano concebido,

3 https://www.novaandradina.ms.leg.br/institucional/noticias/proposta-quer-transformar-praca-brasil-em-simbolo-de-identidade-e-afeto-em-nova-andradina

4 https://correiodovalenews.com.br/noticia/17345/proposta-quer-transformar-praca-brasil-em-simbolo-de-identidade-e-afeto-em-nova-andradina

antes de mais nada, para “sair bem na foto”. Trata-se de uma estrutura cenográfica, de leitura imediata, criada prioritariamente para ser fotografada e compartilhada nas redes sociais, mais do que para estabelecer um diálogo efetivo com a história, as memórias e os conflitos que atravessam o lugar onde é instalada.

Um exemplo no qual podemos observar esse conceito é a partir do trabalho de Raimundo (2024) em relação a Maceió no estudo sobre os letreiros e esculturas espalhados pela orla, esses monumentos servem para reafirmar a imagem de “paraíso turístico”, ao mesmo tempo em que silenciam problemas estruturais da cidade, enchentes recorrentes, precariedade urbana, deslocamentos forçados. A proposta de instalar, na Praça Brasil, um grande coração com as cores da bandeira e o brasão municipal aproxima Nova Andradina dessa mesma lógica: a praça deixa de ser apenas um espaço de encontro, memória e disputa, para ser também um pano de fundo fotogênico, capaz de produzir curtidas e visibilidade digital. Ao adotar esse modelo de monumento instagramável, corre-se o risco de reforçar uma imagem positiva e consumível da cidade, enquanto as camadas mais densas de sua história, conflitos, desigualdades, usos populares do espaço, permanecem em segundo plano.

Nesse viés, é importante chamar atenção para o fato de que intervenções simbólicas dessa natureza podem, de um lado, reforçar um sentimento de pertencimento e orgulho local, mas, de outro, correm o risco de reduzir a praça a um fundo decorativo e homogêneo, apagando tensões sociais memórias incômodas e formas populares de apropriação do espaço. Cabe salientar, conforme Trouillot (2016), os apagamentos relacionados à memória não funcionam como simples "esquecimento", mas através de múltiplos e contínuos estágios que tornam certos fatos invisíveis e tornar outras narrativas hegemônicas.

No caso da Praça Brasil, isso se manifesta, de maneira particularmente clara, sendo o primeiro nível de silenciamento ocorre já no ato de seleção dos fatos que merecem ser monumentalizados, onde a decisão que privilegia a memória do colonizador e a identidade pantaneira em detrimento de conflitos fundiários, violências indígenas e usos populares do espaço. Um segundo nível emerge na própria arquitetura dos monumentos, quando a complexa história dos povos Ofaié é reduzida a signos genéricos (arco e flecha), estetizando-se e deshistorizando-se a

experiência concreta de colonização e deslocamento territorial. O terceiro nível incide sobre a narrativa visual que a praça constrói: os três monumentos organizam uma sequência temporal linear (passado indígena → presente pantaneiro → futuro nacional-colonizador) que tende a pacificar conflitos, criando uma ilusão de harmonia e progressão onde houve, na verdade, violência e disputas. Por fim, opera um silenciamento ainda mais sutil com a demolição da concha acústica e a substituição por grandes peças escultóricas eliminam um suporte material de memórias vivas, coletivas e populares, substituindo-as por uma narrativa oficial, monumental e controlada. Assim, a revitalização não apenas omite determinadas histórias, mas produz ativamente uma versão pacificada e espetacularizada do passado, onde tensões sociais, memórias incômodas e formas populares de apropriação do espaço permanecem silenciadas sob a elegância de curvas de concreto e discursos de pertencimento.

Figura 1- Foto Aérea Da Praça Antônio Joaquim De Moura Andrade



Fonte: Imagem retirada do *site* Faust Arquitetura

Assim, mais do que apenas um gesto de “embelezamento urbano”, a proposta recoloca uma questão central para a análise crítica das políticas de identidade e dos usos da paisagem. De que maneira a instalação de um novo monumento cívico-afetivo na Praça Brasil, ao reivindicar o fortalecimento da memória social e do patrimônio urbano de Nova Andradina, também evidencia a própria praça como um espaço historicamente constituído por disputas de identidades, narrativas e

memórias em permanente reelaboração?

Localizada no município de Nova Andradina, na região sudeste de Mato Grosso do Sul, a Praça Brasil constitui um exemplo significativo de espaço público marcado pela convivência e pela sociabilidade urbana. Para compreender as relações construídas em torno desse lugar, é particularmente importante recorrer ao conceito antropológico de *pedaço*, desenvolvido por Magnani (1984). Para o autor, o *pedaço* corresponde a um espaço intermediário entre o domínio privado da casa e o espaço público mais amplo, no qual se estabelecem formas de sociabilidade mais próximas, densas e significativas do que aquelas decorrentes das relações formais da vida social.

O *pedaço*, nesse sentido, configura-se a partir dos vínculos estabelecidos entre aqueles que o frequentam e dele se apropriam. É um território de reconhecimento mútuo, marcado por práticas compartilhadas, relações de pertencimento e códigos de convivência que contribuem para a formação de identidades coletivas. Nele, o espaço deixa de funcionar apenas como lugar de passagem ou circulação e passa a ser reconhecido pela permanência, pelo encontro e pelas relações que ali se constroem e se renovam ao longo do tempo.

Sob essa perspectiva, a Praça Brasil pode ser compreendida, historicamente, como um *pedaço* para os nova-andradinenses. Desde sua inauguração, na década de 1970, consolidou-se como lugar de encontro, convivência, celebração e apropriação cultural, participando da construção de vínculos sociais e de memórias compartilhadas pela população. Essa condição, entretanto, não permaneceu inalterada. As transformações urbanísticas ocorridas ao longo do tempo modificaram seus usos e formas de apropriação, tensionando sentidos anteriormente associados à praça e redefinindo suas possibilidades como espaço de sociabilidade e de vida comunitária.

Ao transitar pela Avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade, observa-se de imediato a presença de grandes estruturas de concreto, o Pavilhão Tuim (Monumento Pantanal), o Monumento Ofaié e o Monumento Brasil, que se impõem na paisagem e ocupam de maneira significativa o espaço geográfico da Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade (Figura 1). Reinaugurada em 30 de abril de 2019, durante a gestão do prefeito Gilberto Garcia (PR), a praça passou a incorporar

esses novos monumentos como marco de uma reconfiguração simbólica e material de sua história recente. Não obstante sua forte visibilidade e impacto estético, será que os sujeitos que ali circulam realmente conhecem, interpretam e se reconhecem nos significados simbólicos e nas camadas de memória que cada um desses monumentos pretende condensar?

Embora não seja objetivo deste estudo aprofundar essa questão em todas as suas dimensões, a análise da Praça Brasil permite refletir sobre uma possível dissociação entre a produção institucional da paisagem, orientada por projetos de monumentalização e narrativas oficiais, e as formas pelas quais esse espaço é apropriado e significado pela população. Esse distanciamento pode se acentuar diante da ausência ou insuficiência de ações de mediação e educação patrimonial capazes de aproximar as experiências cotidianas dos sujeitos dos conteúdos históricos e culturais materializados na paisagem. Nessa perspectiva, a educação patrimonial compreende processos educativos, formais e não formais, que favorecem a compreensão sócio-histórica das referências culturais e contribuem para seu reconhecimento, valorização e preservação, privilegiando a construção coletiva do conhecimento e a participação das comunidades na atribuição de sentidos ao patrimônio (Iphan, 2014).

Pensada dessa maneira, a educação patrimonial pode contribuir para que a Praça Brasil seja compreendida não apenas como um espaço urbanisticamente constituído ou como suporte de monumentos e narrativas institucionalizadas, mas como um lugar produzido também pelas experiências daqueles que o vivenciam. Isso implica considerar em que medida as intervenções realizadas na praça dialogam com as memórias, os afetos e as formas de pertencimento dos nova-andradinenses, aproximando os sentidos oficialmente atribuídos ao espaço daqueles construídos em seu uso cotidiano. Tal perspectiva desloca o olhar do monumento isolado para as relações sociais que conferem significado ao lugar e permite compreender a praça como um espaço no qual diferentes formas de memória e apropriação coexistem, se encontram e, por vezes, entram em tensão.

Essa dimensão torna-se particularmente relevante quando se considera o papel historicamente desempenhado pelas praças na vida urbana. Mais do que componentes do desenho das cidades, elas constituem espaços de convivência,

lazer e fruição coletiva e, em muitos bairros, representam um dos poucos equipamentos públicos efetivamente acessíveis à população. É justamente por meio dos usos cotidianos, dos encontros, das celebrações e das diferentes formas de ocupação que esses espaços se convertem em lugares de sociabilidade e de construção de identidades coletivas. As praças podem, portanto, atuar simultaneamente como espaços de preservação e de disputa da memória local, articulando dimensões simbólicas, afetivas, políticas e territoriais que ultrapassam os significados inscritos oficialmente em seus monumentos e intervenções urbanísticas.

Estudos como o de Pinheiro e Holanda (2024, p. 83) sobre políticas culturais urbanas ressaltam que as praças condensam “uma riqueza intrínseca de significados e afetos para as comunidades”, refletindo histórias de ocupação, experiências de resistência e jogos de poder que atravessam a cidade, o que autoriza pensá-las como patrimônio cultural urbano. Essa perspectiva encontra ressonância nas reflexões de Laurajane Smith (2023), especialmente em sua crítica ao que denomina Discurso Autorizado do Patrimônio (DAP). Para a autora, determinadas concepções patrimoniais foram historicamente legitimadas por discursos institucionais e profissionais que privilegiam a materialidade, os valores consagrados e a autoridade dos especialistas na definição daquilo que deve ser reconhecido e preservado. Em contraposição, Smith compreende o patrimônio como uma prática social e discursiva, continuamente produzida e reelaborada, na qual diferentes sujeitos negociam os significados do passado a partir das demandas do presente (Smith, 2023). Sob essa perspectiva, reconhecer as praças como patrimônio implica deslocar o olhar exclusivamente institucional ou monumental e considerar também os usos cotidianos, os afetos, as memórias e os sentidos de pertencimento construídos por aqueles que efetivamente vivenciam esses espaços. Afinal, como demonstra Smith, os lugares não possuem significados patrimoniais fixos: eles participam de processos contínuos de lembrança, esquecimento e negociação dos sentidos atribuídos ao passado.

Assim, longe de serem espaços neutros, cabe ainda destacar que as praças constituem-se como dispositivos no jogo das forças de poder, nos quais se projetam e se confrontam diferentes projetos de cidade, visões de passado e expectativas de futuro. A forma como são desenhadas, equipadas, iluminadas e monumentalizadas

resulta de escolhas arquitetônicas, urbanísticas e políticas que podem reforçar processos de centralização de investimentos, de produção de “soluções de torneira” (intervenções rápidas, pouco duradouras e altamente midiáticas) ou, ao contrário, favorecer processos de participação social, educação patrimonial e reconhecimento das referências culturais locais.

A Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade (Praça Brasil), em Nova Andradina-MS, oferece um caso particularmente expressivo para compreender como um espaço público central funciona simultaneamente como lugar de lazer e circulação cotidiana e como arena de disputa por narrativas, identidades e formas de inscrição da memória coletiva na paisagem urbana. Para além de sua materialidade, a praça constitui um espaço onde a memória coletiva encontra ancoragem e sentido. Seguindo Halbwachs (1990), compreendemos que as lembranças não são experiências estritamente individuais, mas são constantemente elaboradas, evocadas e reconstruídas a partir dos grupos sociais aos quais pertencemos. Mesmo as recordações aparentemente pessoais permanecem atravessadas pela presença dos outros e pelos quadros de referência compartilhados. Nesse sentido, a materialidade da praça não funciona como simples cenário onde as lembranças se depositam; ao contrário, suas permanências e transformações físicas oferecem referências concretas por meio das quais os grupos localizam, atualizam e reelaboram suas experiências do passado.

Desde a fundação do município, a Praça Brasil consolidou-se como um “lugar de memória”, categoria que Nora (1993) articula como um espaço onde a memória coletiva encontra suportes materiais, simbólicos e sociais frente às transformações nas formas tradicionais de transmissão do passado. Compreender a praça nessa perspectiva implica ir além de sua configuração física: sua condição de lugar de memória resulta das apropriações sucessivas, celebrações, lembranças e significados que nela se acumulam e são continuamente atualizados pela população. Assim, a Praça Brasil transcende sua condição de simples equipamento urbanístico para emergir como um ponto de condensação da experiência histórica local, um espaço onde se articulam lembranças coletivas, celebrações cívicas, práticas de lazer e narrativas sobre a fundação e o desenvolvimento da cidade.

O presente artigo tem como objetivo reconstruir e analisar a trajetória histórica

da Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade, desde seu surgimento até a configuração atual, marcada pela introdução de novos monumentos e pela proposta recente de instalação de um coração cívico-afetivo com as cores da bandeira e o brasão municipal. Ao fazê-lo, busca-se compreender de que maneira a praça foi sendo reconfigurada ao longo do tempo como palco de políticas de identidade, estratégias de visibilidade urbana e intervenções sobre a paisagem, bem como identificar as tensões entre as narrativas oficiais de patrimônio e as formas efetivas de uso, reconhecimento e pertencimento por parte da população local.

Para avançar nessa direção, torna-se indispensável explicitar o quadro conceitual que orienta a análise. Se a Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade é aqui tomada como um dispositivo simbólico em que se cruzam memórias, disputas e projetos de cidade, é precisamente porque ela se insere, antes de tudo, na categoria mais ampla de espaço público. Assim, antes de reconstruir sua trajetória histórica e examinar as intervenções monumentais recentes, é necessário discutir o que se entende por espaço público, quais dimensões políticas, sociais e espaciais estão implicadas nessa noção e como tais dimensões se materializam na configuração concreta da praça em Nova Andradina. É a partir desse referencial teórico que, na seção seguinte, voltamo-nos à definição de espaço público e às contribuições de autores como Paulo César da Costa Gomes (2018), de modo a fundamentar a leitura da Praça Brasil como lugar de sociabilidade, de visibilidade urbana e de disputa de narrativas.

2. TRANSFORMAÇÕES URBANAS E DISPUTAS PELA MEMÓRIA: DA CONCHA ACÚSTICA À REVITALIZAÇÃO

Ao percorrer as principais avenidas de Nova Andradina (MS), os transeuntes se deparam com uma praça marcada por monumentos arquitetônicos em concreto aparente que dificilmente passam despercebidos: a Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade. No entanto, tanto visitantes quanto moradores muitas vezes desconhecem que esses monumentos carregam marcas da memória e da identidade relacionadas ao processo de colonização que atravessa a história do

município.

A praça, portanto, não é apenas uma área livre ou um equipamento de lazer, mas um espaço privilegiado de sociabilidade, identidade e representação da própria cidade. É a partir dessa compreensão que, nas páginas seguintes, tomamos a Praça Brasil como espaço público central e analisamos as disputas em torno de sua configuração, de seus usos e de seus significados.

Para que possamos desenvolver nossas primeiras análises, é necessário apresentar as noções dos conceitos de espaço público, dando ênfase às características deste na formação da praça Antônio Joaquim de Moura Andrade, popularmente conhecida como praça Brasil, desde sua inauguração até os dias atuais. De acordo com o *site* do ministério das cidades, a definição recente para espaço público se constitui como:

> (...) espaços de uso comum, pertencentes à população, administrados pelo poder público, como ruas, calçadas, praças, jardins, parques, em que o ir e vir é livre. Também são públicos locais de uso comum, como hospitais, escolas, bibliotecas, mantidos pelo poder público, com determinadas restrições de acesso e circulação (Ministério das Cidades, 2021).

No entanto, ao deslocarmos a discussão para o campo da Geografia, esse conceito revela-se simultaneamente mais amplo e mais complexo, evidenciando os limites da definição proposta pelo Ministério das Cidades. Em *Conceitos Fundamentais da Geografia*, o geógrafo Paulo Gomes (2018), por exemplo, destaca a expressão “espaços públicos” como uma dominação genérica para áreas urbanas abertas, como definida na citação acima. Porém, o autor enfatiza que existe uma complexidade em definir o conceito “espaço público”, uma vez que sua origem surge na filosofia política, especialmente na obra de J. Habermas (2003). Para ele, o espaço público é um local de interação social, onde surgem debates e questões de interesse comum.

Embora a filosofia política tenha se concentrado nas relações abstratas e estruturas sociais; a existência de um espaço físico concreto é fundamental para a materialização dessas relações; essa dualidade entre esfera pública abstrata e espaço público físico é criticada, pois Gomes (2018) enfatiza que ambos são partes

integrantes do mesmo processo social. Assim, o autor sugere que essa dicotomia é inadequada e enfatiza o papel da Geografia em compreender as transformações físico-espaciais na constituição da esfera pública. Arquitetos e Geógrafos muitas vezes empregam o conceito de espaço público para descrever qualquer área urbana que seja livre e aberta. Nesse sentido, Gomes argumenta que,

> O estatuto público não é discutido como produto histórico, como forma de agenciamento social, como configuração de um tipo de vivência. Espaços públicos são associados a certas formas físicas – ruas, praças, parques, etc. Essas formas, no entanto, só ganham sentido na maneira como são estruturadas e vividas, não possuem amalgamado um conteúdo transcendente e absoluto (Gomes, 2018, p. 115).

A citação acima corrobora nossa pesquisa na medida em que a Praça Brasil constitui um exemplo eloquente do conceito de espaço público enquanto instância material e simbólica de organização da vida urbana por ser esse espaço de vivências. Cumpre salientar que a proposta de criação da praça já se encontrava delineada no projeto urbanístico elaborado pela Colonizadora Moura Andrade & Cia desde a fundação da cidade, em 1957. A leitura de Danilo Moreira (2010)[5] permite situar a atuação da Colonizadora Moura Andrade & Cia no coração do processo de formação urbana de Nova Andradina. Inserida no contexto mais amplo da colonização privada do sul de Mato Grosso, impulsionada pela “Marcha para o Oeste” e pela política de ocupação dos chamados ditos “espaços vazios”, a empresa não apenas vendeu lotes e atraiu colonos, sobretudo oriundos do Oeste paulista, como também desenhou o próprio traçado da futura cidade. O autor ainda mostra que, a partir do final da década de 1940 e início dos anos 1950, empresas como a Companhia de Viação São Paulo–Mato Grosso e a Moura Andrade & Cia tornaram-se agentes centrais do povoamento regional, assumindo a tarefa de parcelar a terra, estabelecer a malha viária, definir áreas de comércio e serviços e, sobretudo, organizar os espaços centrais destinados às praças e edifícios institucionais.

Nesse sentido, quando destacamos que a Praça Brasil já se encontrava

5 Moreira, D. L. Dos espaços “vazios” ao processo de colonização particular: uma brevehistória do processo de ocupação do sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul (2010). Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602113823.pdf Acesso 20 de set. 2025.

delineada no projeto urbanístico elaborado pela Colonizadora Moura Andrade & Cia desde a fundação da cidade, em 1957, estamos indicando que a praça é produto direto dessa lógica colonizadora: não surge como resultado orgânico de um crescimento espontâneo, mas como peça estruturante de um plano de ocupação do território. A colonizadora, ao projetar a praça como elemento central da malha viária e do parcelamento do solo, inscreve ali uma narrativa fundacional (a do "novo núcleo urbano" moderno e ordeiro) que organiza tanto o desenho físico da cidade quanto a forma como sua história passaria a ser contada.

O desenvolvimento urbano de Nova Andradina está profundamente vinculado às decisões tomadas por essa empresa privada, e a Praça Brasil é um dos principais dispositivos materiais por meio dos quais a Colonizadora Moura Andrade & Cia cristalizou, no espaço, seu projeto de cidade. Ou seja, a praça não surge como resultado espontâneo do crescimento urbano, mas como peça estruturante de um projeto de cidade, concebida desde a origem como elemento central da malha viária, do parcelamento do solo e da própria narrativa fundacional do novo núcleo urbano.

Do ponto de vista urbanístico, a inclusão da Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade no plano original revela-nos a intenção de organizar o território a partir de um espaço de referência, em torno do qual se articulariam os principais eixos viários, edifícios institucionais e atividades comerciais. A praça, nesse sentido, por um lado, atua como equipamento de lazer, circulação e encontro; por outro, funciona como "vitrine" do projeto colonizador, materializando uma determinada ideia de modernidade, ordem e progresso associada à atuação da empresa fundadora.

Sua conformação física, o traçado, a dimensão do logradouro, a posição em relação à avenida principal e, mais tarde, a introdução de monumentos e espelhos d'água deve ser compreendida como parte de uma estratégia de modelagem da paisagem urbana, destinada a conferir visibilidade e centralidade a certos símbolos (o fundador, a nação, o Pantanal, os povos indígenas) em detrimento de outros.

Nesse quadro, a Praça Brasil configura-se como resultado direto de um projeto urbanístico intencional, no qual o desenho do espaço público participa da construção de hierarquias espaciais e simbólicas no interior da cidade. A presença de um espaço amplo, originalmente previsto no plano de 1957, indica que a

colonizadora concebia a praça como um marco organizador do loteamento, capaz de atrair fluxos, sediar eventos cívicos e ancorar a expansão urbana. Ao longo do tempo, as sucessivas intervenções como na pavimentação, ajardinamento, instalação de monumentos e requalificações recentes, podem ser lidas como camadas sobrepostas desse projeto inicial, nas quais se atualizam, se tensionam e, por vezes, se reconfiguram as intenções originais da Colonizadora Moura Andrade & Cia frente às demandas contemporâneas de memória, identidade e visibilidade urbana.

A partir da década de 1950, com o avanço dos projetos de colonização privada e estatal e com o ideário desenvolvimentista, consolida-se a noção de que a nova cidade deve nascer planejada com quadras regulares, avenidas largas, zoneamento funcional e um ou dois grandes espaços públicos centrais, quase sempre uma praça “cívica”, destinada a sintetizar o projeto de modernidade daquele núcleo urbano.

O desenho da praça de Nova Andradina dialoga diretamente com esse repertório. A praça aparece como um “equipamento-síntese” do plano. Ela organiza visualmente o entorno, serve de marco de centralidade e funciona como vitrine dos valores associados ao empreendimento (lazer, ordem, natureza domesticada). As avenidas que a contornam, com canteiros centrais e fluxo de carros, reforçam a ideia de uma cidade pensada para a circulação motorizada, em que o espaço público é, ao mesmo tempo, paisagem a ser vista e nó de articulação viária.

A documentação referente ao processo de colonização, notadamente os mapas, evidencia a previsão de sua implantação. Todavia, apenas em 1974 é possível observar os primeiros indícios concretos de sua materialização, conforme demonstrado na fonte a seguir, elaborada pelo arquiteto Syvio Didier Franklin Iarte (figura 2). A inauguração, ocorrida em 30 de maio de 1978, marcou a consolidação da praça como um espaço público destinado à sociabilidade, ao lazer e à convivência, tanto da população residente quanto dos visitantes.

Figura 2 - Projeto da Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade



Fonte: Arquivo do Museu Municipal de Nova Andradina-MS

A imagem do “Projeto para Praça de Nova Andradina” (nov./1974) é um documento eloquente do modo como se pensava a urbanização no Brasil da década de 1970. Esse foi um período marcado pelo ideário desenvolvimentista, pela expansão da fronteira agrícola e pela interiorização de cidades planejadas, muitas delas vinculadas a empresas colonizadoras e a uma forte crença na capacidade técnica de engenheiros e arquitetos de “fabricar” o espaço urbano adequado à modernização.

No desenho, vemos uma praça concebida como um grande quarteirão ajardinado, envolvido por avenidas largas, retas e claramente automóveis-centradas, com canteiro central e fluxo rápido: é a lógica da mobilidade motorizada organizando o tecido urbano e colocando o espaço público como ilha verde dentro de uma malha viária racionalizada. Do ponto de vista do desenho interno, o projeto expressa a estética do urbanismo e do paisagismo modernos: caminhos sinuosos, massas arbóreas bem delimitadas, áreas de “bosque” e gramados, um anfiteatro em espiral e um elemento escultórico vertical no centro. A natureza aparece domesticada, funcionalizada como cenário de lazer e contemplação, mas rigidamente enquadrada por um traçado que antecipa e orienta os usos: por onde se anda, onde se senta, onde se assiste a eventos.

A inscrição “COLABORAÇÃO GRACIOSA FEITA AO POVO PELOS ENGENHEIROS” revela o caráter tecnocrático e vertical dessa urbanização: o espaço público é apresentado como dádiva dos técnicos à população, não como resultado de processos participativos. Em síntese, o projeto da praça, tal como

desenhado em 1974, traduz a urbanização como combinação de: (a) fé no planejamento técnico; (b) centralidade do automóvel; (c) valorização de grandes espaços livres ajardinados como vitrines de modernidade; e (d) construção de uma paisagem urbana que encena ordem, progresso e harmonia, ao mesmo tempo em que pouco incorpora a diversidade de usos e de sujeitos que, mais tarde, irão disputar efetivamente esse espaço.

Em sua configuração inicial, a Praça Brasil apresentava uma área de circulação de aproximadamente 900 m². O espaço era composto por uma concha acústica, alguns bancos, uma fonte, o busto de Antônio Joaquim de Moura Andrade, fundador da cidade de Nova Andradina, além de arborização que contribuía para a ambientação do local. Considerada um dos principais cartões-postais do município, a praça constituiu-se, desde sua inauguração, como um espaço de convivência social e de fortalecimento dos vínculos comunitários. De acordo com a reportagem publicada no *site* Perfil *News*:

> foi ali que muitos dos moradores mais antigos tiveram seu primeiro contato com a televisão. Naquela praça foi que muitos saborearam seu primeiro lanche ou assistiram seu primeiro show ao vivo. Também é lá que anos atrás foi inaugurado o primeiro e único chafariz de Nova Andradina, hoje desativado (Nova *News*, 2011).

Em virtude de nem todos os moradores possuírem aparelhos televisores em suas residências, a concha acústica desempenhou, durante determinado período, uma função social relevante. Todas as noites, uma janela era aberta para a exibição de programas televisivos, filmes e novelas, o que transformava o local em ponto de encontro e lazer coletivo.

Com o passar do tempo, nas décadas de 1980 e 1990, a Praça Brasil consolidou-se como um espaço multifuncional, abrigando atividades cotidianas de lazer, circulação e convivência, bem como manifestações culturais e políticas. Essa multiplicidade de usos contribuiu para a consolidação de sua identidade enquanto espaço público, refletindo dinâmicas sociais e culturais próprias da formação urbana de Nova Andradina e evidenciando seu papel como *locus* de sociabilidade e

expressão comunitária (Figura 3)[6].

Figura 3 - Foto da Praça Brasil antes da revitalização



Fonte: Sergio Foncetti

A fotografia da Praça Brasil antes da revitalização (Figura 2) materializa, na escala do espaço público, muitas das tensões típicas do urbanismo brasileiro entre os anos 2000 e 2010. Em primeiro plano, o antigo espelho d'água aparece cercado por um gradil metálico, elemento que indica uma política de contenção e proteção do equipamento, mais associada à lógica da segurança e da prevenção da depredação do que à promoção de usos coletivos. O piso amplo, predominantemente mineral e pouco sombreado, contrasta com a ideia de praça como lugar de permanência e convivência, sugerindo um espaço que foi progressivamente esvaziado de mobiliário urbano qualificado e de infraestrutura de acolhimento (bancos, pergolados, brincadeiras infantis etc.).

Quando articulamos essa imagem ao relato do Jornal da Nova de que, nos anos 2000, a praça passou a ser ocupada por pessoas em situação de rua e

6 Fotografia de Sergio Facetti, registrada em 9 de julho de 2011 e carregada em 18 de janeiro de 2017. A imagem integra o projeto *"Viajando por todo o Brasil"*, desenvolvido pelo fotógrafo, que percorre o país registrando diversas cidades brasileiras. O material está disponível na plataforma *Flickr*, onde constam cinco fotografias da Praça Brasil, referentes à década de 2000. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/145397692@N06/32234272312/in/photostream/. Acesso em: 08 de Agosto de 2025.

dependentes químicos, torna-se evidente a passagem de uma praça multifuncional, marcada, nas décadas de 1980 e 1990, por atividades culturais, políticas e de lazer, para um espaço estigmatizado, associado à insegurança e à "degradação" urbana. O cercamento do espelho d'água, a ausência de usuários na fotografia e a sensação de vazio dão visibilidade a um tipo de resposta muito recorrente no período diante da presença de grupos vulneráveis e do aumento da percepção de violência, recorre-se menos a políticas sociais e de mediação do conflito e mais a estratégias de controle físico do espaço, seja por meio de barreiras, seja pela retirada de elementos que favoreçam a permanência.

Nesse contexto, a imagem antecipa e justifica o discurso que embasará, em 2013, o projeto de revitalização da praça: a ideia de que o espaço público "degradado" precisa ser recuperado por meio de uma intervenção urbanística capaz de afastar a população indesejada e tornar a área novamente "atrativa" para determinados segmentos.

Tal perspectiva é típica de uma agenda de requalificação urbana dos anos 2000–2010, na qual a revitalização de praças e centros urbanos frequentemente se articula a processos de higienização social e de espetacularização da paisagem, mais do que a uma democratização efetiva do uso e da gestão desses espaços. A fotografia, portanto, não registra apenas um momento anterior à obra, mas um ponto de inflexão: o instante em que a Praça Brasil, marcada por camadas de sociabilidade e memória, passa a ser lida prioritariamente como problema de segurança e de imagem da cidade, abrindo caminho para novas formas de intervenção e disputa sobre o seu futuro.

Porém, no início da primeira década do ano 2000, a praça Brasil começou a atrair uma variedade de pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo os sem-teto e os dependentes químicos. O que antes era um ponto de encontro para os residentes locais gradualmente se transformou em um refúgio para esses indivíduos. Essa mudança, como destacado em uma reportagem do Jornal da Nova, evidencia uma nova dinâmica emergente no espaço urbano.

> A insegurança é outra constante. "A praça já foi palco de tragédias, roubos e muitas pessoas já não vão mais ali por conta disso. Agora junto com a depredação, acredito que se faz necessária uma nova intervenção da sociedade e até mesmo policial, pois mesmo com

> essas entidades se empenhando, é necessário uma força a mais", concluiu (Jornal da Nova, 2013).

Com o aumento do número de pessoas em situação de rua, passou a chamar a atenção das autoridades locais dado o aumento no caso de roubos e em função da depredação do patrimônio público, o que fez com que no ano de 2013, o então prefeito Roberto Hashioka (PMDB)[7], lançasse o projeto de revitalização do espaço de público da Praça Brasil, apresentado. Assim, Gomes enfatiza que,

> Espaços públicos são os lugares em que os problemas aparecem e se transformam em debates, em diálogo e em possibilidade de ajuste e compromissos [...] os sintomas de uma destruição por eles apontados podem ser lidos como publicização dos problemas que esses espaços colocam em jogo ou fazem aparecer (Gomes, 2018, p. 117).

Anos antes, a Praça Queneciano Cecílio de Lima, com 9.700 m², localizada ao lado da Praça Brasil, já havia sido palco de uma intensa discussão entre o então prefeito Roberto Hashioka e os comerciantes. Isso porque ali funcionava um centro comercial (camelódromo) composto por barracas fixas de serralheria que vendiam mercadorias vindas do Paraguai. Após muitos debates e protestos por parte dos comerciantes, e com o apoio do Ministério Público, o camelódromo foi retirado da praça. Os comerciantes foram então realocados para um Centro Comercial construído ao lado da rodoviária, distante da região central. Assim, a antiga praça onde funcionava o camelódromo deu lugar a um espaço modernizado, com ampla iluminação, estacionamentos, ponto de táxi e *playground*.

É nítido que a área central de Nova Andradina estava passando por um processo de gentrificação, conceito formulado inicialmente pela socióloga britânica Ruth Glass (1964) para explicar as transformações urbanísticas observadas em Londres, caracterizado pela reabilitação física de determinadas áreas e pela consequente mudança em sua composição social e em seus moradores.

Para solucionar os problemas ocasionados na praça pela presença de

7 Informação retirada do site: http://www.geraldoresende.com.br/imprensa/noticias/apresentado-projeto-de-revitalizacao-da-praca-brasil-em-nova-andradina 13 de agosto de 2018.

pessoas em situação de rua que residiam em seu entorno, especialmente nas proximidades da Praça Brasil, Hashioka pediu para que a praça fosse demolida, fazendo com que o dito “progresso” passasse por cima de um dos lugares de memória que fizeram parte do passado de muitos nova-andradinenses, como a antiga concha acústica (Figura 4).

Figura 4 - Antiga Concha Acústica Da Praça Brasil

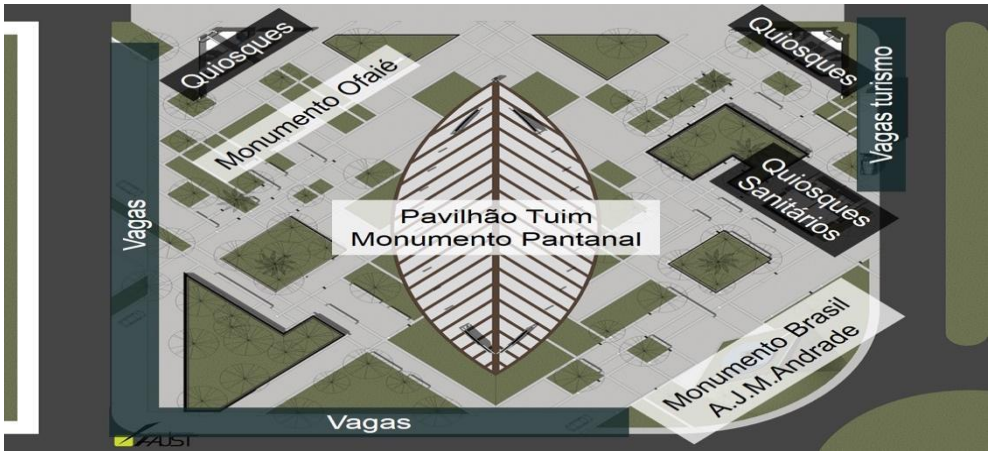


Fonte: Imagem retirada do *site* Jornal da Nova

O projeto de revitalização da Praça Brasil arquitetado por Eduardo Faust entrava em execução[8] em dezembro de 2013; apresentado no anfiteatro das dependências da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade de Nova Andradina. Faust apresentou um projeto de revitalização de uma área de 9.800,00 m² e, de acordo com o então prefeito da época, o investimento seria de mais de R$ 1,5 milhão (Figura 5).

Figura 5: Projeto Da Revitalização Da Praça Brasil

8 Informação retirada do site: http://arquiteturadosagrado.blogspot.com/2014/01/praca-brasil-nova-andradina-ms-autor.html e http://eduardofaust.com/%E2%96%A0-praca-brasil/ 13 de agosto de 2018.



Fonte: Imagem retirada do *site* Faust Arquitetura

Na planta apresentada, observa-se uma reorganização completa do espaço: o antigo anfiteatro em nível dá lugar ao Pavilhão Tuim – Monumento Pantanal, em torno do qual se distribuem o Monumento Ofaié, o Monumento Brasil / A.J.M. Andrade, quiosques comerciais, sanitários e novas vagas de estacionamento, inclusive destinadas ao turismo. A ênfase em monumentos de grande porte e em equipamentos voltados ao consumo (quiosques) e à circulação de veículos (vagas comuns e para turismo) revela uma estratégia de requalificação que articula memória, identidade regional e valorização turística do espaço público.

Do ponto de vista do urbanismo praticado na década de 2010, o projeto dialoga com a lógica de “revitalização” difundida em várias cidades brasileiras: a praça deixa de ser vista apenas como lugar de uso cotidiano e passa a ser tratada como cartão-postal e vitrine da cidade, apta a atrair visitantes, eventos e registros midiáticos. Ao mesmo tempo, essa operação reforça o caráter fortemente dirigido do espaço, pois a implantação de grandes peças monumentais e de zonas funcionais bem demarcadas (comércio, sanitários, estacionamentos) tende a limitar usos espontâneos e a condicionar a circulação a determinados percursos e áreas de permanência. Assim, o projeto de Faust inscreve a Praça Brasil em uma nova fase de sua trajetória; de espaço multifuncional e tensionado por conflitos sociais, passa a ser reposicionada como equipamento simbólico e turístico, no qual a paisagem urbana é cuidadosamente coreografada para expressar uma narrativa oficial de modernização, identidade regional e ordenamento do espaço público.

Anos mais tarde, com a inauguração prevista para 1º de abril de 2016, a praça Brasil não estava sequer 50% das obras concluídas, virando inclusive alvo de protesto por parte de alguns moradores. Antes do término do mandado do então prefeito Roberto Hashioka houve uma tentativa de inauguração da praça, por não estar concluída, não foi possível. As obras tiveram continuidade no mandato do prefeito Gilberto Garcia (PR), eleito para gestão de 2017 a 2020, que fez um compromisso de entregar a obra da praça.

O desencontro entre o cronograma oficial e a realidade da obra da Praça Brasil revela, em primeiro lugar, um traço recorrente das políticas públicas de urbanização e de "revitalização" do patrimônio no Brasil: a centralidade da obra enquanto promessa política, mais do que enquanto processo continuado de qualificação do espaço público. Esse descompasso expõe um uso claramente eleitoral do projeto – a praça como vitrine de gestão em que a visibilidade do canteiro de obras e das maquetes triunfa sobre a responsabilidade com prazos, qualidade e participação social.

A tentativa de inauguração às pressas, ainda no mandato de Roberto Hashioka, evidencia essa lógica de "obra-inauguração" como performance política, mesmo quando o equipamento não reúne condições mínimas de uso. Do ponto de vista das políticas de patrimônio, o episódio reforça outro problema estrutural. A tendência de tratar a praça, um lugar de memória, sociabilidade e identidade local, como mero objeto de intervenção física, desconectado de processos duradouros de gestão, mediação e apropriação comunitária.

Quando a obra se arrasta por anos, atravessa gestões e se converte em foco de frustração e conflito, não se compromete apenas a eficiência administrativa, mas a própria relação afetiva e simbólica da população com o espaço. Em vez de fortalecer o vínculo da comunidade com sua principal praça, a demora, os impasses e a falta de transparência no processo podem produzir descrédito, sensação de abandono e a percepção de que o patrimônio urbano é apenas moeda de troca em disputas eleitorais. A continuidade das obras no mandato seguinte, com o compromisso público do prefeito Gilberto Garcia de "entregar a praça", mostra como o projeto se transforma em legado de gestão, apropriado por diferentes governos como marca de sua passagem pelo poder. No entanto, essa continuidade não

necessariamente se traduz em política pública consistente. Ela pode significar apenas a conclusão de um objeto herdado, sem revisão crítica do projeto, sem escuta ampliada da população e sem integração com outras ações de cultura, assistência social e segurança cidadã no entorno. Uma perspectiva de patrimônio mais democrática exigiria justamente o contrário. A revitalização da Praça Brasil deveria ser pensada não só como obra de engenharia, mas como política de memória, de direito à cidade e de inclusão social, em que os processos de participação, diálogo e os usos possíveis tivesse tanto peso quanto o resultado material que se inaugura e fotografa.

Após um longo período de mais de cinco anos circundada por tapumes, a Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade (Praça Brasil), foi inaugurada em uma solenidade no dia 30 de abril de 2019, a praça foi entregue à população no aniversário de 60 anos de emancipação político-administrativa no município pelo prefeito Gilberto Garcia (PR). De acordo com o *site* da prefeitura:

> Para o prefeito, a entrega do espaço à população representa o fim de um impasse. "Essa obra passou por muitas promessas, por inícios frustrados de obras e, felizmente, a gente entrega de volta para a cidade uma praça revitalizada, como novos espaços públicos. Está maravilhosa! O importante é cuidar para que ela continue assim", sugere Gilberto Garcia (Cogecom, 2019).

De acordo com as informações do *site* da prefeitura, o novo projeto custou cerca de R$ 2,9 milhões, aos cofres públicos, praticamente o dobro do valor inicial previsto. Assim, a nova praça, além dos monumentos, passava a contar com seis quiosques, fonte luminosa, sanitários, iluminação pública, bancos, drenagem, revestimentos, jardinagem e paisagismo, rede hidráulica, calçamento e estacionamento para veículos.

A reabertura da Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade em 30 de abril de 2019, associada simbolicamente ao aniversário de 60 anos de emancipação político-administrativa do município, revela com muita clareza a forma como as políticas públicas de urbanismo e patrimônio são mobilizadas como dispositivo de celebração cívica e de legitimação política. A fala do prefeito ao afirmar que a entrega do espaço "representa o fim de um impasse" e que a praça está "maravilhosa" enquadra a obra como solução de um problema herdado, encerrando um ciclo de

“promessas” e “inícios frustrados”.

Mais do que um simples comentário, esse discurso constrói uma narrativa de redenção. A praça, após anos de tapumes e controvérsias, é devolvida à cidade como símbolo de eficiência da gestão e de superação de conflitos anteriores. Nesse processo, o foco recai na imagem da “obra pronta” e na sua capacidade de representar o município em uma data comemorativa, reforçando a dimensão espetacular da política urbana.

Do ponto de vista do patrimônio e do direito à cidade, porém, a leitura precisa ser mais cautelosa. O custo final de cerca de R$ 2,9 milhões, praticamente o dobro do valor inicialmente previsto, evidencia a fragilidade do planejamento financeiro e da gestão contratual de uma intervenção dessa magnitude. A elevação dos gastos, somada ao longo período em que o espaço permaneceu fechado, coloca em questão o modo como prioridades orçamentárias são definidas e como a população é (ou não) informada e envolvida no processo decisório. A praça é apresentada, no discurso oficial, como um presente à comunidade, mas pouco se discute sobre os mecanismos de controle social, transparência e participação que deveriam acompanhar uma intervenção que requalifica o principal espaço público central da cidade.

A lista de equipamentos anunciados (quiosques, fonte luminosa, sanitários, iluminação, bancos, drenagem, jardinagem, paisagismo, calçamento, estacionamento) indica que a revitalização seguiu a lógica dominante da contemporaneidade de produzir uma praça multifuncional, com forte componente de consumo, turismo e embelezamento, capaz de funcionar como cartão-postal e ponto de eventos.

Do ponto de vista do patrimônio cultural, isso pode ser ambivalente. Por um lado, há um investimento real em infraestrutura e conforto urbano, que tende a estimular a circulação e o uso cotidiano. Por outro, corre-se o risco de reduzir a praça a um cenário cuidadosamente coreografado, em que a memória e as camadas de uso histórico, inclusive o período em que o espaço foi apropriado por grupos vulneráveis, são recobertas por uma nova narrativa de ordem, limpeza e “revitalização”, pouco aberta ao conflito e à diversidade de sujeitos. Em termos de política patrimonial, a pergunta que se coloca é se essa “nova” Praça Brasil foi

pensada apenas como obra concluída a tempo das comemorações dos 60 anos, ou se foi integrada a uma política mais ampla de gestão do espaço público, mediação de conflitos e valorização da memória urbana.

A insistência do prefeito em chamar atenção para a necessidade de “cuidar” da praça desloca para a população uma parte da responsabilidade, mas não explicita quais ações de educação patrimonial, programas socioculturais ou políticas sociais acompanharão esse cuidado. Sem essas dimensões, a intervenção corre o risco de repetir um padrão recorrente: grandes investimentos em requalificação física, acompanhados de discursos de orgulho e pertencimento, mas com pouca sustentabilidade social no longo prazo e, portanto, com alta probabilidade de que, alguns anos adiante, a praça volte a ser percebida como problema a ser “revitalizado” novamente.

3. MONUMENTALIZAÇÃO, IDENTIDADE E SILENCIAMENTOS NA PRAÇA BRASIL

Na análise da Praça Brasil, é preciso considerar não apenas a praça como espaço público, mas também o papel estratégico dos monumentos que nela se inscrevem. Os três grandes marcos concebidos para o novo projeto, ainda que carregados de referências à memória e à identidade local, não são neutros. Ao projetá-los, o arquiteto buscou traduzir, em formas e símbolos, uma certa leitura da história de Nova Andradina: o passado indígena, a paisagem pantaneira e o colonizador fundador. Trata-se, porém, de objetos que organizam uma memória selecionada, reforçando personagens e episódios específicos, inscritos em posições de poder e prestígio no imaginário urbano.

Essa operação se aproxima do que Corrêa (2007, p. 10) identifica como uma das funções centrais dos monumentos erguidos pelo poder público, o de “perpetuar antigas tradições consideradas positivas, tanto para o presente como para o futuro”, mas também “fazer parecer antigo aquilo que é novo e considerado necessário para o presente e o futuro”. Ao cristalizar certas figuras e narrativas na paisagem como ocorre em representações presentes em *sites* e *blogs*, produz-se uma tradição que, muitas vezes, é menos herança espontânea e mais construção deliberada, uma

"tradição inventada", na formulação de Hobsbawm (2002). Para o autor, esse tipo de invenção histórica se materializa em

> um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com o passado (Hobsbawm, 2002, p. 9).

Em outras palavras, a repetição de cerimônias, imagens e discursos em torno dos monumentos tende a naturalizar uma certa versão do passado, como se ela sempre tivesse existido. Nesse sentido, os monumentos da Praça Brasil podem ser lidos como parte de um "texto" urbano particular: são signos em concreto, aço e pedra que veiculam uma narrativa sobre a cidade, sobre quem deve ser lembrado e de que maneira. Corrêa (2005, p. 1) lembra que:

> os monumentos não são apenas objetos estéticos. São intencionalmente dotados de sentido político, capazes de condensar complexos significados [...] em torno de valores e práticas e, ao mesmo tempo, atuar como mecanismos regulatórios de informações que controlam significados [...].

A pergunta que se coloca, portanto, não é apenas o que esses monumentos representam em termos formais, mas quais sentidos eles autorizam e quais outras memórias acabam por relegar à margem. A reflexão de Jaques Le Goff ajuda a aprofundar essa discussão. Ao analisar o mundo antigo, o historiador mostra como templos, praças, necrópoles e vias públicas se cobriam de inscrições e estátuas, constituindo verdadeiros "arquivos de pedra" voltados à comemoração e à perpetuação da lembrança. Segundo ele, as superfícies lapidares funcionavam como dispositivos de memória pública, apostando na ostentação e na durabilidade desse registro marmóreo" (Le Goff, 2003, p. 428).

Algo semelhante ocorre, em escala e linguagem diferentes, na Praça Brasil: os novos monumentos operam como arquivos visíveis de uma história selecionada, publicizando certos heróis, símbolos e temporalidades em detrimento de outras

experiências sociais que também conformaram, e continuam conformando, a vida urbana em Nova Andradina.

Com a retirada dos tapumes e a inauguração da nova configuração, a Praça Brasil passou a ser ocupada por um conjunto de volumes de concreto carregados de intencionalidade simbólica. Sobre o espaço geográfico da antiga praça de encontro erguem-se agora três grandes marcos monumentais, organizados como uma espécie de "roteiro" de leitura da história local: no eixo central, o Pavilhão Tuim – Monumento Pantanal (Figura 6), concebido como emblema da identidade sul-mato-grossense; nas extremidades, o Monumento Brasil Antônio Joaquim de Moura Andrade (Figura 7), reforçando a memória do colonizador e do fundador do município; e, em contraponto, o Monumento Ofaié (Figura 8), que faz referência aos primeiros habitantes da região – os povos originários – até então largamente silenciados nas narrativas públicas sobre Nova Andradina. Em seu depoimento, o arquiteto Eduardo Faust explicita o programa que orientou o projeto:

> Quando concebi a praça Brasil vi a necessidade de projetar: quiosques; espaço para shows e feiras; pequenos setores de estar; monumentos que contam a história do município. Com tudo isso, meu único objetivo era que ela ganhasse vida, que a população tomasse posse do seu patrimônio, em contraste à situação da época. E que isso fosse feito de forma bela, unindo lazer e cultura (Faust Arquitetura, 2019).

A partir da elaboração desses três monumentos, Faust busca construir uma narrativa temporal linear: o passado remoto é simbolizado pelo Monumento Ofaié, que evoca a presença dos povos indígenas; o presente é condensado no Monumento Pantanal, associado aos elementos identitários regionais; e o futuro, inscrito na ideia de "Brasil", aparece vinculado ao monumento do colonizador, como expressão do progresso e da modernização. Trata-se, portanto, de um projeto que pretende organizar a memória em camadas sucessivas, do "antes da civilização" ao "futuro desenvolvimentista", colocando a experiência indígena como ponto de partida, mas subordinando-a, no conjunto, à narrativa de consolidação do município e do Estado. Na descrição do próprio arquiteto sobre o Monumento Pantanal, essa intenção pedagógica e icônica torna-se ainda mais explícita:

> Alinhado com [a] torre do Santuário criei dois pórticos simétricos que organizam um espaço livre pavimentado para eventos e feiras, o desenho de piso baseado em uma folha de árvore simboliza a flora pantaneira. As linhas dos pórticos fazem menção às asas do tuiuiú (ave ícone do Pantanal) simbolizando a fauna pantaneira. Criei o Monumento Pantanal ao centro como elemento principal da praça, um novo ícone símbolo da cidade (Faust Arquitetura, 2019).

Do ponto de vista das políticas de patrimônio e de memória, essa operação é ambivalente. Por um lado, há um esforço consciente de inscrever a história local na paisagem, articulando referências ao fundador, ao bioma pantaneiro e aos povos Ofaié, o que representa um avanço em relação a projetos anteriores que invisibilizavam completamente os sujeitos indígenas. Por outro, a forma como esses elementos são organizados em uma sequência que vai do "pré-civilizatório" ao "Brasil colonizador" tende a reforçar uma visão evolutiva e pacificada da história, em que conflitos, violências e disputas territoriais são estetizados e condensados em signos abstratos (asas, folhas, volumes geométricos).

Assim, a nova praça se converte em um dispositivo narrativo de forte caráter oficial, no qual a memória indígena é reconhecida, mas cuidadosamente enquadrada, enquanto o colonizador ocupa a posição de horizonte de futuro e de síntese nacional. A questão que se coloca, do ponto de vista crítico, é em que medida essa narrativa monumentalizada abre espaço para leituras plurais e para a participação efetiva dos diferentes grupos sociais na construção de sentidos para a Praça Brasil, ou se acaba por cristalizar uma versão única, celebratória e harmônica da história, em contraste com as experiências concretas de conflito, exclusão e resistência que também marcam a trajetória desse espaço público.

No segundo monumento, voltado ao povo Ofaié, Faust afirma ter buscado inspiração nos "costumes de coleta e caça deste povo simbolizados pelo arco e pela flecha". Do ponto de vista da política de memória, essa operação é dupla. Por um lado, insere explicitamente os povos originários na paisagem monumental da cidade, algo historicamente rarefeito em contextos de colonização agrícola recente; por outro, traduz a complexidade de uma sociedade indígena inteira em dois signos extremamente simplificados (arco e flecha), reforçando uma imagem genérica e

atemporal do “índio caçador”, pouco afeita à historicidade concreta das lutas territoriais, dos deslocamentos forçados e das violências sofridas pelos Ofaié ao longo do século XX.

A imagem do Pavilhão Tuim – Monumento Pantanal ajuda a compreender melhor o vocabulário formal adotado em todo o conjunto. Vemos dois grandes arcos brancos, simétricos, que se curvam até quase se tocar, conformando um espaço central pavimentado, delimitado por pórticos e por um anel de piso diferenciado. O desenho remete à ideia de abrigo e de monumentalidade leve, enquanto a forma de “asa” aberta dialoga com a narrativa arquitetônica de Faust, que associa o pavilhão ao Tuiuiú e à flora pantaneira. O que salta aos olhos, porém, é o modo como a intervenção centraliza e hierarquiza o espaço: a praça deixa de ser um vazio flexível para se organizar em torno de um objeto monumental dominante, que orienta os percursos, enquadra as vistas e cria um “palco” explícito para eventos e cerimônias.

A presença do pequeno volume escultórico à frente, numa espécie de eixo processional, reforça a sensação de que se trata de um lugar pensado para encenar rituais cívicos e para ser fotografado, isto é, uma peça de *city marketing* tanto quanto de memória.

No segundo monumento Brasil/A.J.M), dedicado ao processo de colonização e à fundação da cidade, essa lógica é levada ao limite. Ao evocar a bandeira brasileira e dispor 27 totens ao redor de um espelho d’água, representando os estados e o Distrito Federal, o projeto desloca o foco da escala local para a escala nacional, inserindo Nova Andradina em uma narrativa de unidade federativa e de progresso republicano. O fato de o busto de Antônio Joaquim de Moura Andrade ter sido realocado para o centro do espelho d’água é particularmente significativo: o fundador passa a ocupar o ponto nodal de uma composição que articula símbolo nacional, unidade territorial e modernização.

Em termos de patrimonialização, tem-se uma operação clara de canonização do colonizador, agora literalmente colocado no centro da cena, cercado por signos que reforçam sua posição de mediador entre a “selva” pantaneira e o “Brasil” moderno. Tomados em conjunto Monumento Pantanal, Monumento Ofaié e Monumento Brasil/A.J.M. Andrade, esses dispositivos conformam uma espécie de roteiro oficial de leitura da história local: um passado indígena reduzido a atributo

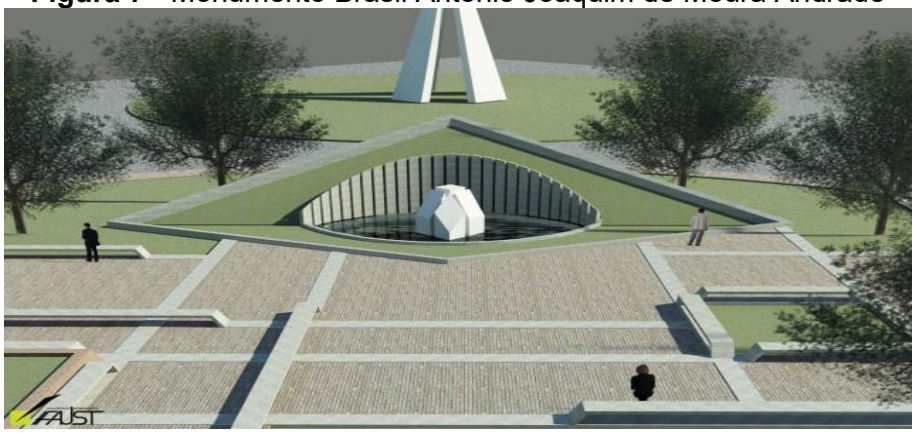
identitário, um presente regional estetizado e um futuro nacional-colonizador celebrado como horizonte. A imagem do pavilhão evidencia como essa narrativa é inscrita na forma urbana: grandes gestos arquitetônicos, eixos marcados, centralidade visual e forte potencial fotográfico. O desafio, do ponto de vista crítico do patrimônio, é perguntar em que medida essa monumentalização abre espaço para vozes dissonantes, para memórias conflitivas e para usos cotidianos que escapem à lógica do espetáculo ou se, ao contrário, tende a estabilizar uma versão pacificada da história, na qual as assimetrias e violências da colonização são sublimadas em curvas elegantes de concreto e superfícies refletoras de água.

Figura 6 - Pavilhão Tuim Monumento Pantanal



Fonte: Imagem retirada do *site* Faust Arquitetura

Figura 7 - Monumento Brasil Antônio Joaquim de Moura Andrade



Fonte: Imagem retirada do *site* Faust Arquitetura

Figura 8 - Monumento Ofaié



Fonte: Imagem retirada do *site* Faust Arquitetura

Contudo, ao longo de sua trajetória, a praça foi alvo de sucessivas intervenções arquitetônicas e paisagísticas que modificaram de maneira profunda sua configuração original, redefinindo não apenas a forma física do logradouro, mas também os modos de usá-lo e percebê-lo. Entre os elementos que marcaram essa história, a concha acústica destacou-se como espaço privilegiado de encontro, sociabilidade e produção de memória coletiva, acolhendo apresentações artísticas, eventos cívicos e festas populares que ajudaram a consolidar a praça como referência afetiva para diferentes gerações.

Sua demolição, em nome de um novo projeto de reestruturação monumental, não significou apenas a perda de um equipamento funcional, mas o apagamento de um suporte material importante das lembranças e experiências compartilhadas pelos moradores. Esse gesto evidencia, de forma paradigmática, as tensões que atravessam a gestão da Praça Brasil: de um lado, a aposta em uma paisagem urbana redesenhada, monumental e “revitalizada”; de outro, o risco de esvaziamento de práticas, memórias e vínculos que davam sentido a esse espaço. É precisamente nesse ponto que a análise da praça e das novas esculturas cívico-afetivas que passaram a organizá-la se aproxima da pergunta central deste artigo: em que medida as intervenções recentes, ao reconfigurarem a paisagem urbana, fortalecem de fato a memória social e o patrimônio urbano de Nova Andradina, ou contribuem

para a sua simplificação e para o apagamento de camadas significativas da experiência coletiva?

A trajetória recente da Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade permite perceber que a resposta à pergunta central deste artigo não é linear nem absoluta, mas construída em meio a ambivalências. A revitalização recoloca assim a praça no centro do projeto de cidade; após anos cercada por tapumes, marcada por obras paralisadas e pela estigmatização associada à presença de pessoas em situação de rua, o espaço volta a ser objeto de investimento, de discurso oficial e de expectativa coletiva.

No campo da política patrimonial, esse não é um gesto irrelevante: há um esforço de inscrever história, memória e identidade no espaço público, substituindo em parte o vazio degradado e o equipamento obsoleto por uma paisagem que pretende articular lazer, cultura e pertencimento. Entretanto, a forma pela qual essa memória é construída revela limites significativos. Os três monumentos organizam uma narrativa temporal aparentemente harmoniosa dos povos originários ao Brasil moderno, passando pela identidade pantaneira que, ao mesmo tempo em que reconhece atores e referências antes ausentes, tende a reduzir a complexidade histórica a um roteiro linear e pacificado. A experiência indígena é condensada em signos genéricos de caça e coleta; o Pantanal aparece estetizado como paisagem-símbolo; o colonizador, reposicionado no centro de um espelho d'água cercado por totens que representam a federação, é reafirmado como figura de progresso e de futuro.

Conflitos fundiários, violências da colonização, tensões em torno da ocupação recente da praça por grupos vulneráveis e disputas políticas sobre o uso do espaço público permanecem, em grande medida, fora do enquadramento monumental. Além disso, a própria lógica de intervenção urbanística adota o padrão da "obra-vitrine". A longa permanência dos tapumes, o descompasso entre cronogramas e a duplicação do custo inicialmente previsto evidenciam uma política centrada na obra como promessa e como evento de inauguração, mais do que em processos continuados de gestão, participação social e educação patrimonial. A substituição da concha acústica – espaço historicamente associado a práticas culturais, shows, festas e encontros – por um conjunto de grandes peças escultóricas evidencia a passagem

de uma praça que abrigava sociabilidades múltiplas e relativamente abertas para um espaço fortemente dirigido, organizado para eventos controlados, circulação programada e produção de imagens turísticas. Dessa forma, ao narrar a trajetória da Praça Brasil, o que se observa é menos um fortalecimento pleno da memória social e do patrimônio urbano, e mais uma reinscrição seletiva e controlada dessas dimensões na paisagem.

A revitalização, sem dúvida, amplia a infraestrutura, requalifica o espaço físico e introduz referências simbólicas importantes, inclusive a memória indígena. Porém, ao fazê-lo a partir de uma narrativa oficial, linear e monumentalizada, corre o risco de apagar ou atenuar justamente aquelas camadas de experiência, associadas à concha acústica, às ocupações, aos conflitos e à apropriação cotidiana, que fizeram da praça um lugar de memória vivo, tenso e plural. Em última instância, a nova Praça Brasil materializa a tensão constitutiva entre projetos de modernização urbana e a preservação da memória social: ao mesmo tempo em que busca celebrar e sintetizar a história da cidade, contribui para simplificá-la, oferecendo ao olhar uma versão mais ordenada, harmoniosa e fotogênica do que, na prática, foi e continua sendo um espaço de disputas, negociações e reinvenções permanentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Praça Antônio Joaquim de Moura Andrade evidencia as tensões entre memória coletiva, identidade e projetos de modernização urbana no município de Nova Andradina. Durante décadas, a simbologia atribuída ao espaço esteve fortemente vinculada à figura do colonizador Antônio Joaquim de Moura Andrade, o chamado “rei do gado”, cuja presença permanece inscrita tanto na principal avenida da cidade quanto no busto instalado na própria praça. Tal narrativa hegemônica contribuiu para relegar ao esquecimento os povos originários Ofaié, primeiros habitantes da região, cuja história foi marcada pela violência do processo de colonização e pela exclusão de sua memória da construção identitária local.

A revitalização recente da praça, entretanto, trouxe à tona a possibilidade de reconfiguração desse espaço simbólico. A introdução de novos monumentos, concebidos de modo a contemplar não apenas a memória do colonizador, mas

também a dos grupos historicamente silenciados, possibilita a elaboração de uma narrativa mais plural.

Esses monumentos, concebidos como verdadeiros “arquivos de pedra”, não apenas preservam elementos do passado, mas também promovem a reflexão crítica sobre a relação entre progresso, identidade regional e memória social. Assim, a Praça Brasil reafirma sua centralidade enquanto espaço público de sociabilidade, de preservação patrimonial e de debate coletivo, constituindo-se em um lugar de memória no qual coexistem temporalidades diversas e identidades múltiplas.

REFERÊNCIAS

COGECOM. **Após anos de espera, Praça Brasil será reinaugurada**. 2019. Disponível em: https://valedoivinhemagora.com.br/apos-anos-de-espera-praca-brasil-sera-reinaugurada/. Acesso em: 20 mar. 2024.

COGECOM. **Exposição mobiliza comunidade e resgata identidade cultural de Nova Andradina**. Nova News, Nova Andradina, MS, 1 set. 2025. Disponível em: https://www.novanews.com.br/noticias/cidades/exposicao-mobiliza-comunidade-e-resgata-identidade-cultural-de-nova-andradina. Acesso em: 9 dez. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Uma sistematização da análise de monumentos na geografia**. Terr@ Plural, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 9-22, jan.-jul. 2007. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1139/850. Acesso em: 3 out. 2025.

FALCETTI, Sergio. **Nova Andradina** – Praça Newton Oliveira. 2017. Fotografia digital. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/145397692@N06/32234272312/in/photostream/. Acesso em: 9 dez. 2025.

FAUST, Eduardo. **Praça Brasil** | Nova Andradina MS. Faust Arquitetura, 18 dez. 2019. Disponível em: https://faustarqbr.wordpress.com/2019/12/18/praca-brasil-nova-andradina-ms/. Acesso em: 9 dez. 2025.

FAUST ARQUITETURA. **Praça Brasil**: Nova Andradina. 2019. Disponível em: https://faustarqbr.wordpress.com/2019/12/18/praca-brasil-nova-andradina-ms/. Acesso em: 20 mar. 2024.

GLASS, Ruth. **Aspects of Change**. London: MacGibbon & Kee, 1964.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Espaço público, espaços públicos**. GEOgraphia, v. 20, n. 44, p. 115-119, 30 dez. 2018. DOI: https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2018.v1i44.a27557. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/27557. Acesso em: 5 out. 2023.

GOUVEIA, Cleverson. **Proposta quer transformar Praça Brasil em símbolo de identidade e afeto em Nova Andradina**. Nova Andradina - MS: Câmara Municipal de Nova Andradina, 9 jul. 2025. Disponível em: https://www.novaandradina.ms.leg.br/institucional/noticias/proposta-quer-transformar-praca-brasil-em-simbolo-de-identidade-e-afeto-em-nova-andradina. Acesso em: 9 dez. 2025.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014.

JORNAL DA NOVA. **Praça Brasil:** Moradores de rua depredam patrimônio público em Nova Andradina. 2013. Disponível em: https://jornaldanova.com.br/noticia/25562/praca-brasil-moradores-de-rua-depredam-patrimonio-publico-em-nova-andradina. Acesso em: 20 mar. 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço:** cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MATOS, Marcos. **Câmara atenta para importância cultural da Praça Brasil em apresentação de novo projeto.** Nova Andradina - MS: Câmara Municipal de Nova Andradina, 16 jan. 2014. Disponível em: https://www.novaandradina.ms.leg.br/institucional/noticias/2013/mes-de-dezembro/camara-atenta-para-importancia-cultural-da-praca-brasil-em-apresentacao-de-novo-projeto. Acesso em: 9 dez. 2025.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **O que são espaços públicos?** 2021. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/3-o-que-sao-espacos. Acesso em: 20 mar. 2024.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Tradução Yara Aun Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVA NEWS. **Nova Andradina:** Praça Brasil vira “casa” para moradores de rua. 2011. Disponível em: https://www.perfilnews.com.br/2011/06/28/nova-andradina-praca-brasil-vira-casa-para-moradores-de-rua/. Acesso em: 20 mar. 2024.

PINHEIRO, Adson Rodrigo Silva; HOLANDA, Ligia Rodrigues. **"Patrimônio nas praças":** possibilidades de desvendar as memórias de Fortaleza com o projeto "Bom de Fortaleza" (2017-2018). Revista Trilhas da História, Campo Grande, v. 13, n. 26, 2024. Disponível em: https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/20439. Acesso em: 7 nov. 2025.

RAIMUNDO, Nicole Marques Correia. **A influência dos monumentos instagramáveis da cidade de Maceió no turismo e na vida dos maceioenses.** 2024. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

SMITH, Laurajane. **O discurso autorizado do patrimônio e a fabricação do patrimônio cultural em contextos contemporâneos.** Tradução Ana Gabriela Cardoso, Helena Stringari Gonçalves, Lucas Henrique da Silva Lima e Fernando Cesar Sossai. Revista Confluências Culturais, Joinville, v. 12, n. 2, p. 122-135, 2023.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado:** poder e a produção da história. Tradução Sebastião Nascimento**.** Curitiba: Huya, 2016.

Recebido em 11/12/2025.

Aprovado para publicação em 16/10/2026.